O GLOBO
Publicado em 11/11/2023 - 05:57

Exceções são o 'custo político' de uma reforma histórica, diz Appy

NOVO SISTEMA

REFORMA TRIBUTÁRIA

Exceções são 'custo político', e aprovação é momento histórico, diz Appy

GERALDA DOCA E VICTORIA ABEL
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Dois dias após a aprovação da Reforma Tributária pelo Senado, o secretário responsável por conduzir essas discussões no Ministério da Fazenda, Bernard Appy, minimizou as exceções acrescentadas na proposta e disse que fazem parte do custo político. Em entrevista ao GLOBO, *ele ressaltou que* a reforma simplifica o pagamento de impostos, acaba com a cumulatividade (cobrança de impostos em várias etapas da cadeia), entre outras vantagens. Por isso, vai trazer investimentos para o país, mesmo com as exceções.

A proposta foi aprovada pelo Senado em dois turnos, com 53 votos favoráveis. Como houve alterações, o texto voltou para a Câmara dos Deputados para nova apreciação.

— Do ponto de vista do ministério, o ideal era ter o menor número possível de exceções. Mas elas foram o custo político da aprovação da reforma. A discussão agora está entre Câmara e Senado. Não é o governo que vai definir o que vai ficar ou ser suprimido. Estarei à disposição do Parlamento para prestar apoio técnico — afirmou o secretário Extraordinário da Reforma Tributária.

Appy foi um dos autores da proposta de emenda à Constituição apresentada em 2019 e aprovada nesta semana. A aprovação do texto agora é histórica, diz:

— Foi um momento histórico. Pela primeira vez desde a Constituinte, se aprova uma reforma tão abrangente e tão importante para o Brasil.

O relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), ampliou parte das exceções às vésperas da votação, criou o *cashback* (devolução de parte do imposto pago) obrigatório no consumo de gás de cozinha para famílias de baixa renda, deixou a compra de automóveis por pessoas com deficiência com alíquota zero e acrescentou o setor de eventos na lista de setores com redução de 60% da alíquota.

WASHINGTON COSTA/MEP/8-11-2023

Etapa concluída. Aprovação da Reforma Tributária no Senado: Bernard Appy diz que o governo não tentará modificar ou derrubar exceções incluídas no texto

NÃO MUITO MAIS QUE 27,5%

A reforma unifica cinco tributos em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Considerando os textos aprovados em junho e o relatório de Braga na semana passada, o Ministério da Fazenda estimou que a alíquota-padrão chegaria a até 27,5%. Appy afirma que a alíquota não será "muito mais" que isso após as mudanças feitas no plenário. E ressaltou que isso vai depender da regulamentação dos regimes específicos — que terão tratamento diferenciado, como combustíveis e o setor financeiro — numa lei posterior.

> *"A discussão agora está entre Câmara e Senado. Não é o governo que vai definir o que vai ficar ou ser suprimido. Estarei à disposição do Parlamento para prestar apoio técnico"*
>
> **Bernard Appy,** secretário extraordinário da Reforma Tributária

— (A alíquota) Não deve ser muito mais (que 27,5%). Mas vai depender da regulamentação dos regimes específicos, quais produtos estarão sujeitos a alíquotas reduzidas, quais produtos estarão na cesta básica com alíquota zero e com alíquota reduzida — ressaltou.

Ele observou que a equipe econômica terá trabalho nesse processo de regulamentação. O ideal, disse, é que setores contemplados com regimes diferenciados mantenham uma carga semelhante à atual.

— Vamos ter que enfrentar essa discussão no Congresso. Vai ser um trabalho do governo e do Congresso também, porque as exceções vão pesar na alíquota-padrão do imposto — destacou Appy.

FATIAR É DECISÃO POLÍTICA

Para o secretário, devem ser priorizadas em 2024 a regulamentação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que reúne tributos federais, e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que junta impostos estaduais e municipais; a regulamentação do comitê que vai gerir o IBS; e a regulamentação dos impostos seletivos.

— Como será ano eleitoral, será um desafio — destacou Appy.

O secretário reafirmou que se a reforma for fatiada somente poderão ser retirados do texto principal pontos acessórios e que esta também será uma decisão política. A expectativa do governo é que a promulgação ocorra ainda este ano.

Antes da aprovação da reforma no Senado, governadores do Sudeste e do Sul criticaram o texto e tentaram adiar a votação. Appy classificou as críticas como pontuais e disse que eles foram contemplados na divisão dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), ampliado de R$ 40 bilhões para R$ 60 bilhões ao ano. O fundo foi desenhado para compensar os estados pelo fim da guerra fiscal e privilegia aqueles mais pobres.

Governadores do Centro-Sul querem rever, na Câmara, por exemplo, o artigo que beneficia montadoras no Nordeste com a manutenção de incentivos fiscais e modificações no comitê gestor do IBS. O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, disse que os estados vão fazer alterações na regra sobre o setor automobilístico para evitar "um ambiente de deslealdade competitiva entre regiões".

— Desnutriram o Conselho Federativo, tirando sua responsabilidade de abordar a política tributária e jogaram isso para o Congresso. Mas o Congresso se submete a outras análises políticas e a uma relação com o governo federal, o que não traz segurança aos estados — criticou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Pagina:** 13

Copyright © Clipclap 2025.